

CPQ do Brasil S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
CPQ do Brasil S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CPQ do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito nas Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incorreu em prejuízo no montante de R\$ 10.106 mil e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$ 70.211 mil e o patrimônio negativo (passivo descoberto) de R\$ 79.644 mil

A administração da Companhia elaborou um plano de continuidade operacional no qual leva em consideração novos canais de distribuição de produtos, o aporte de recursos, entre outros aspectos. Dessa forma, a continuidade das operações da Companhia dependerá do sucesso no plano de continuidade operacional como vai se desdobrar a evolução das vendas pós pandemia nas operações da Companhia. Esses fatos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 23, a CPQ Brasil S.A. possui registrado no ativo não circulante na rubrica partes relacionadas, o montante de R\$ 20.348 mil, referente a transações decorrentes de contratos de mútuo com seu controlador. Essas transações foram contratadas e registradas de acordo com as condições definidas entre as partes e a Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

CPQ Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.961	957
Contas a receber de clientes	6	4.785	4.054
Estoques	7	4.715	3.495
Ativos relacionados a clientes	20	87	226
Impostos a recuperar	-	218	598
Despesas antecipadas	9	609	932
Outras contas a receber	-	466	462
Total do ativo circulante		<u>12.841</u>	<u>10.724</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	23	20.348	22.208
Ativos relacionados a clientes	20	-	194
Despesas antecipadas	9	233	286
Depósitos judiciais	10	20	65
Outros ativos	-	2	5
Imobilizado	11	7.490	6.707
Intangível	12	1.699	1.573
Direito de uso de ativos	13	39.479	37.273
Total do ativo não circulante		<u>69.271</u>	<u>68.311</u>
Total do ativo		<u>82.112</u>	<u>79.035</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CPQ Brasil S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e passivo a descoberto			
Passivo circulante			
Fornecedores	14	3.693	3.944
Debêntures	16	3.054	2.487
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	3.688	4.331
Impostos e contribuições a recolher	-	13.565	7.880
Tributos parcelados	17	556	398
Férias, encargos e bônus a funcionários	18	30.906	20.938
Passivo de arrendamento a pagar	19	17.916	15.297
Passivos relacionados a clientes	20	902	876
Outros passivos	21	8.772	9.539
Total do passivo circulante		83.052	65.690
Passivo não circulante			
Fornecedores	14	-	569
Debêntures	16	32.276	32.708
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	16.416	17.686
Tributos parcelados	17	1.159	952
Provisão para contingências	22	1.134	879
Passivo de arrendamento a pagar	19	24.054	25.222
Passivos relacionados a clientes	20	3.400	4.602
Impostos diferidos	6	265	265
Total do passivo não circulante		78.704	82.883
Total do passivo		161.756	148.573
Passivo a descoberto	23		
Capital social		12.839	12.839
Prejuízos acumulados		(92.483)	(82.377)
Total do passivo a descoberto		(79.644)	(69.538)
Total do passivo e patrimônio líquido		82.112	79.035

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CPQ Brasil S.A.

Demonstração de resultado referente aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de vendas			
Receita líquida de vendas	27	94.717	65.454
Custo dos produtos vendidos	28	<u>(47.121)</u>	<u>(31.514)</u>
Lucro bruto		<u>47.596</u>	<u>33.940</u>
Despesas com vendas	28	(18.358)	(12.100)
Despesas gerais e administrativas	28	(22.535)	(21.136)
Outras receitas operacionais	29	<u>979</u>	<u>765</u>
		<u>(39.914)</u>	<u>(32.471)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>7.682</u>	<u>1.469</u>
Despesas financeiras	30	(20.534)	(13.830)
Receitas financeiras	30	<u>2.746</u>	<u>1.502</u>
		<u>(17.788)</u>	<u>(12.328)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(10.106)</u>	<u>(10.859)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	25	<u>(0,88)</u>	<u>(0,94)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CPQ Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do exercício	(10.106)	(10.859)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(10.106)</u>	<u>(10.859)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CPQ Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de Dezembro de 2020	12.839	(71.518)	(58.679)
Prejuízo do exercício	-	(10.859)	(10.859)
Em 31 de Dezembro de 2021	12.839	(82.377)	(69.538)
Prejuízo do exercício	-	(10.106)	(10.106)
Em 31 de Dezembro de 2022	<u>12.839</u>	<u>(92.483)</u>	<u>(79.644)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CPQ Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(10.106)	(10.859)
Ajustes			
Depreciação e amortização	11 e 12	17.388	14.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	34	(84)
Juros e variações monetárias, líquidos	15 e 16	9.071	3.389
Reversão de provisão contingências	22	-	(383)
Amortização da passivos de contrato	20	(1.176)	(844)
Juros sobre Passivo de arrendamento	19	2.736	2.731
Resultado na venda de ativo imobilizado	11	779	740
		<u>18.726</u>	<u>9.310</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	-	(765)	(629)
Estoques	-	(1.220)	(361)
Impostos a Recuperar	-	380	(3)
Ativos relacionados a contrato de clientes	-	333	217
Despesas Antecipadas e Outros créditos	-	372	498
Deposito Judicial	-	-	1.359
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(1.587)	46
Férias, encargos e bônus a funcionários	-	9.968	8.982
Impostos a recolher	-	5.685	5.544
Tributos parcelados	-	783	(2.773)
Caixa gerado nas operações		<u>32.675</u>	<u>22.190</u>
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-	(7.021)	(3.389)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>25.654</u>	<u>18.801</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos para partes relacionadas	-	1.860	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(3.513)	(473)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(1.653)</u>	<u>(473)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	15 e 16	(8.588)	(4.610)
Pagamento de arrendamento	19	(19.169)	(14.906)
Captação de empréstimos e financiamentos	15 e 16	4.760	588
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(22.997)</u>	<u>(18.928)</u>
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.004</u>	<u>(600)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	-	957	1.557
No fim do período	-	1.961	957
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.004</u>	<u>(600)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CPQ Brasil S.A. (“CPQ” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Itupeva – SP.

A Companhia tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais, incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão de obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca.

Além das lojas franquizadas por todo o país, a Companhia opera com “lojas próprias”, cuja primeira iniciou suas atividades em 2014, nos principais aeroportos do Brasil, somando em setembro de 2022 um total de 21, com as seguintes lojas:

- Aeroporto Internacional de Brasília (Distrito Federal) – 03 lojas;
- Aeroporto Internacional em Guarulhos (São Paulo) – 10 lojas;
- Aeroporto de Viracopos (Campinas) – 02 lojas;
- Aeroporto Internacional Salgado Filho (Porto Alegre) – 04 lojas; e
- Aeroporto Internacional Pinto Martins (Fortaleza) – 03 lojas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 10.106 (31 de dezembro de 2021 – prejuízo de R\$ 10.859), acumulando prejuízos de R\$ 92.483 até essa data (31 de dezembro de 2021 – R\$ 82.377). Adicionalmente, apresentou um patrimônio líquido negativo no montante de R\$79.644 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 69.538), bem como excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante\$ 70.211 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 54.966).

A Administração elaborou e vem executando um plano de ações que visa garantir a continuidade operacional da CPQ Brasil S.A. para os próximos exercícios.

No segundo semestre de 2022, com a abertura de quatro novas lojas no aeroporto de Guarulhos, a receita da Companhia cresceu 43 % comparativo ao mesmo período de 2021 com a retomada pós-pandemia e aumento do fluxo de passageiros nos terminais aeroportuários.

Em fevereiro houve a renegociação das debêntures objetivando garantia de fluxo de caixa suficiente para atender as necessidades da Companhia de capital de giro e investimentos nas novas lojas, assim como foram mantidas ações iniciadas durante a pandemia, tais como:

- Manutenção de comitê de crise, para acompanhamento diário dos impactos da mesma e para implemento de ações para apoio aos clientes e manutenção dos recebimentos, otimização do estoque na fábrica e abastecimento das franquias, e postergação de pagamento junto aos fornecedores;
- Negociação com as concessionárias de aeroportos (GRU-Guarulhos) e Inframérica (Brasília), para diminuição do aluguel fixo, considerando-se a falta de operação das lojas e a prorrogação e parcelamento dos títulos;
- Encerramento de lojas com baixa perspectiva de retomada no cenário atual. Devolvemos em fevereiro 2 lojas próprias;
- Reabertura de 2 lojas próprias em Guarulhos com alto desempenho de venda no primeiro semestre e mais 4 lojas próprias no segundo semestre;
- Manutenção do formato de vendas delivery nas lojas identificadas com potencial para vendas neste formato;
- Solicitação de Transação Individual para parcelar parcialmente débitos tributários inscritos em dívida ativa, com redução substancial de multas, juros e encargos, e com a possibilidade de aproveitamento do prejuízo fiscal, cujo requerimento encontra-se em análise na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

A Administração concluiu que apesar dos impactos da Covid-19 nas operações da Companhia a partir do segundo trimestre de 2020, o faturamento vem crescendo a cada exercício, gerando um maior fluxo de caixa e uma diminuição dos custos de produção, que aliados às ações acima destacadas permitirá à empresa honrar seus compromissos e garantir sua continuidade operacional, pressuposto adotado na preparação destas demonstrações contábeis.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil considerando os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), evidenciando as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis. A administração da companhia aprovou a emissão no dia 06 de abril de 2023.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 08), vida útil do ativo imobilizado (Nota 2.8) e intangível (Nota 2.9), impairment de ágio (goodwill) (Nota 2.10), provisões para contingências (Nota 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

A Companhia não possuía operações denominadas em moeda estrangeira nos exercícios ora apresentados.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como mensurado ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

b) Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos, atendendo ao conceito de perdas esperadas.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Companhia, por não ter apresentado perda por obsolescência nos últimos anos, não realiza provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais."

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são apresentadas a seguir:

	Vida útil estimada
Edificações	42 anos
Instalações	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 a 17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	8 a 17 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,6 anos (média)
Equipamentos de informática	5 anos

As vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9. Ativos intangíveis

a) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

2.10. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

a) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

2.11. Benefícios a empregados

A Companhia mantém para seus colaboradores um plano de participação nos lucros. Os colaboradores têm direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e para os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício. Os programas são aprovados pela diretoria e, quando aplicável, constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido.

2.14. Reconhecimento da receita

A Companhia avaliou os impactos do CPC 47 / IFRS 15 e, considerando que a entidade atua no ramo de franquia e de varejo alimentício, na venda apenas de produtos e taxas de abertura e royalties, sem opção de bem ou serviço adicional; não havendo, portanto, complexidade na definição de obrigação de desempenho, tão quanto na transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores, concluiu que não há impactos relevantes no registro contábil da norma.

A Companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e, quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir:

a) Venda de produtos

As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

b) Venda de serviços

A Companhia cobra de seus franqueados taxas de *royalties* e fundo de *marketing* com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuada a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes.

Contemplam estes serviços o fornecimento de treinamentos e material de publicidade aos franqueados.

c) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

a) Corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

b) Diferido

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração e são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.16. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por ação.

3. Gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxo de caixa.

A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir de março, com a eclosão da pandemia e com os consequentes impactos financeiros, o gerenciamento de riscos se tornou mais frequente, com a criação de um comitê de enfrentamento que se reúne diariamente para tomada de decisões visando a manutenção da saúde financeira da Companhia considerando os desafios que a diminuição de receita trouxe.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Caixa e equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5) (i)	1.961	957
Contas a Receber (Nota Explicativa nº 6) (ii)	4.785	4.054
Total	6.746	5.011

- (i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas.
- (ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (43 % franqueados ou licenciados e 57% operadoras de cartões referentes a vendas nas lojas próprias), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes nas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2022, cerca de 95% dos títulos encontravam-se a vencer (94% em 31 de dezembro de 2021).

Com base na análise detalhada dos saldos a receber, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, utilizando o critério de perdas esperadas.

b) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivos financeiros	31 de dezembro de 2022				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Debêntures	35.330	1.527	1.527	5.597	26.679
Empréstimos e financiamentos	20.104	1.615	1.999	3.892	12.598
Fornecedores	3.693	3.693	-	-	-
Passivo de arrendamento	41.970	14.431	12.720	8.612	6.207
Tributos parcelados	1.715	302	302	557	554
Total	102.812	21.568	16.548	18.658	46.038

Passivos financeiros	31 de dezembro de 2021				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Debêntures	35.195	1.243	1.244	5.353	27.355
Empréstimos e financiamentos	22.017	2.626	1.705	3.384	14.302
Fornecedores	4.513	3.944	-	569	-
Passivo de arrendamento	40.519	8.122	7.175	11.686	13.536
Tributos parcelados	1.350	199	199	398	554
Total	103.594	16.134	10.323	21.390	55.747

c) Risco de fluxo de caixa

O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do empréstimo, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros.

Exposição líquida passiva	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Debêntures (Nota Explicativa nº 16)	35.330	35.195
Empréstimos (Nota Explicativa nº 15)	20.104	22.017
Caixa e equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(1.961)	(957)
Total	53.473	56.255

Para a análise de sensibilidade, foi adotado como cenário "Provável" a expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil em 10 de março de 2023, onde indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 12,75%, ante a taxa efetiva de 13,75 % verificada no ano de 2022. Nos cenários "Possível" e "Remoto", a taxa de juros foi valorizada em 25% e 50%, em relação ao cenário "Provável", aplicado sobre a dívida líquida da Companhia.

Taxa Efetiva do CDI - %	13,75	13,75	13,75
Taxa anual estimada do CDI - %	12,75	15,94	19,12
Variação -%	-1	2,19	5,37
Base Dívida Líquida	53.473	53.473	53.530
Impacto do aumento da taxa de juros	(534,7)	1.172	2.875

d) Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos nesta nota de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos valores contábeis nas datas dos balanços apresentados.

e) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

4. Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como a dívida líquida dividida pelo *EBITDA* ajustado (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ajustado), acompanhando o limite dos *covenants* de cada exercício estabelecidos na escritura das debêntures. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Debêntures (Nota Explicativa nº 16)	35.330	35.195
Empréstimos (Nota Explicativa nº 15)	20.104	22.017
Caixa e equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(1.961)	(957)
Dívida líquida (A)	53.473	56.255
EBITDA (B)	25.165	16.090
= Relação dívida líquida sobre capital em 30 de dezembro (A/B)	2,12	3,50
Lucro operacional antes do resultado financeiro e tributos	7.682	1.469
Depreciação ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11)	1.709	1.715
Amortização do Intangível (Nota Explicativa nº 12)	211	71
Amortização do Direito de Uso (Nota Explicativa nº 13)	15.563	12.835
EBITDA (B)	25.165	16.090

A Dívida Líquida (A) e o Ebitda (B) foram considerados conforme a definição dos mesmos na Escritura da Segunda Emissão de Debêntures da Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. , onde a Dívida Líquida significa a somatória de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante menos a soma da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalente à caixa) com as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante) e o Ebitda significa o resultado operacional da Emissora antes das despesas financeiras líquidas, somado à depreciação e amortização, acumulado em cada exercício social.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	46	38
Bancos	1.800	815
Aplicações financeiras	115	104
Total	1.961	957

O aumento do saldo de caixa é devido a antecipação de cartão para honrar os compromissos com vencimento no primeiro dia útil do exercício seguinte.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	5.392	4.622
Duplicatas vendas não reconhecidas (<i>Cut-off</i> de receita)	(454)	(381)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(153)	(187)
Total	4.785	4.054

O *aging list* das duplicatas a receber está assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	5.057	4.333
Vencidos		
Até 30 dias	171	68
Até 60 dias	2	14
Até 90 dias	10	8
Até 180 dias	152	18
Há mais de 180 dias	-	181
Total	5.392	4.622

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por dinheiro, cartões de crédito e débito nas lojas próprias (representando 62 % do faturamento) e por depósito e títulos pelos franqueados é de aproximadamente 22 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia. Do montante de títulos a vencer, que % são recebíveis em até 30 dias.

Movimento de perdas esperadas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	187	279
Adições	90	84
Reversão	(124)	-
Perdas	-	(176)
Saldo final	153	187
Percentual de perda do exercício	(0,03)	(0,05)

Houve um decréscimo de 3% no percentual de perdas, demonstrando que a Companhia voltou ao seu índice de perda observado anteriormente à pandemia. Embora os índices tenham diminuído, foi mantida o montante mensal de provisão para perdas.

7. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	1.017	848
Produtos para revenda	1.840	1.266
Matérias-primas	1.455	1.122
Produto vendas não reconhecidas (<i>Cut-off</i>)	247	188
Outros	156	71
Total	4.715	3.495

Houve um aumento significativo no estoque de 34% em relação a dezembro de 2021, principalmente na linha de produtos para revenda, com aumento de 45% e da linha de outros que aumentou 362%.

O aumento no material de revenda decorre da abertura de novas lojas em setembro e outubro o e, que absorveram o estoque de diversos itens para o enxoval delas. Na linha de outros, houve aumento no estoque em transferência para as filiais em decorrência da abertura de novas filiais e aumento de mix de produtos para as lojas próprias.

8. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo a serem realizados depois de mais de 12 meses	(265)	(265)
Saldos líquidos (passivo)	(265)	(265)

O saldo de IR e CS diferido passivo refere-se às diferenças temporárias relacionadas ao custo atribuído do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e contribuição social diferido passivo foram calculados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo atribuído – bens do ativo imobilizado	(665)	779
Alíquota (%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(226)	265

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial – ativo/passivo	(265)	(185)
Adições	-	80
Total	(265)	(265)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da Companhia é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.106)	(10.859)
Alíquota fiscal – %	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(3.436)	(3.692)
Despesas não dedutíveis		
Baixa dos impostos diferidos	-	-
Impostos diferidos ativo não registrados	(3.436)	(3.692)
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão sendo contabilizados apenas os impostos diferidos passivos.

O valor do prejuízo fiscal acumulado até o exercício é de R\$ 107.019 e da base negativa de contribuição social é de R\$ 106.555. O valor de imposto diferido ativo não registrado é de R\$ 36.272.

9. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa adesão aeroportos (c)	377	709
Benefícios mês seguinte (a)	155	124
Prêmio seguro a apropriar	102	146
Demais despesas antecipadas (b)	208	239
Total	1.842	1.218
Circulante	609	932
Não circulante	233	286

- (a) Valores referente aos benefícios de vale-transporte (VT), vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) de todos os funcionários das lojas e fábrica, aumentado pelas novas lojas e pelo retorno do Vale alimentação;
- (b) As demais despesas referem-se aos materiais de marketing e escritório que temos em nosso estoque e que são apropriadas ao resultado conforme a requisição de seu estoque, IPTU e IPVA;
- (c) O montante refere-se às despesas para apropriação nos períodos seguintes, relativas substancialmente às taxas de abertura de filiais pagas aos Aeroportos de Porto Alegre e de Fortaleza, que serão amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de Cessão de Área.

10. Depósitos judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Depósito judicial FGTS	20	65
Total	20	65

O montante registrado refere-se à depósitos judiciais de processos de FGTS (Fundo de garantia por tempo de serviço de ex-colaboradores).

Segue a movimentação da conta:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	65	1.424
Recebimento depósito judicial	-	(1.359)
Baixa depósitos judiciais	(45)	
Saldo final	20	65

Em conformidade com a decisão do processo judicial 0001621-84.2007.4.03.6105 que trata desta ação e que transitou em julgado em 28 de fevereiro de 2019, com decisão favorável para a Companhia, em maio de 2019 a Companhia suspendeu o depósito judicial mensal e em 03 de outubro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 8.961, conforme Decisão Judicial da Ação Declaratória nº 0001621-84.2007.4.03.6105, que determinou a expedição dos Alvarás de Levantamento de número 5097841, referente à Cofins e de número 5097847, referente ao PIS, do montante integral dos depósitos judiciais efetuados pela Companhia.

O montante de R\$ 1.359 foi retido e transferido à Execução Fiscal pela Secretaria da Receita para garantia dos débitos de saldos de PER-DComps não aceitas pela SRF, aos quais foram apresentados defesa nos autos da própria Execução Fiscal e foram recebidos pela companhia durante o exercício de 2021.

No segundo trimestre tivemos a baixa de depósitos de FGTS sobre ações trabalhistas já finalizadas, cujos montantes não eram possíveis de recuperação.

11. Imobilizado

	Edificações/ Terrenos	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2020	15	327	2.936	1.178	426	523	1.005	2.278	8.688
Aquisição	-	4	41	-	-	34	-	394	473
Alienação	-	-	(15)	(61)	(58)	-	(272)	(333)	(739)
Depreciação/amortização	-	(61)	(931)	(219)	(85)	(183)	(237)	-	(1.716)
Em 31/12/2021	15	270	2.031	898	283	374	496	2.339	6.707
Custo total	15	681	21.756	3.155	953	2.971	7.198	2.339	39.068
Depreciação acumulada	-	(411)	(19.725)	(2.257)	(670)	(2.597)	(6.702)	-	(32.362)
Saldo contábil	15	270	2.031	898	283	374	496	2.339	6.707
Em 31/12/2022	15	270	2.031	898	283	374	496	2.339	6.707
Aquisição	-	162	165	78	-	633	2.233	-	3.271
Alienação	-	(44)	(80)	(6)	-	(22)	-	(626)	(778)
Transferências	-	-	-	-	-	-	1.371	(1.371)	-
Depreciação/amortização	-	(59)	(1.146)	(147)	(78)	(152)	(127)	-	(1.709)
Em 31/12/2022	15	329	970	823	205	833	3.973	342	7.490
Custo total	15	799	21.841	3.227	953	3.582	10.802	342	41.561
Depreciação acumulada	-	(470)	(20.871)	(2.404)	(748)	(2.749)	(6.829)	-	(34.071)
Saldo contábil	15	329	970	823	205	833	3.973	342	7.490

12. Intangível

	Software	Instalações Aerportos	Ponto comercial	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	2.459	771	928	4.158
Amortização acumulada	(1.262)	(395)	(928)	(2.585)
Saldo contábil	1.197	376		1.573
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	2.521	951	928	4.400
Amortização acumulada	(1.325)	(448)	(928)	(2.701)
Saldo contábil	1.196	503	-	1.699

13. Direito de uso de ativos

Em 01 de janeiro de 2019, com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia efetivou o registro contábil de direito de uso do ativo no ativo não circulante e passivo de arrendamento, os quais referem-se aos contratos de aluguel de nossa fábrica e das lojas próprias em aeroportos, cujos contratos referem-se a um ponto de venda específico, identificável, e na qual exercemos controle. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total foi atualizado em acordo as prorrogações de contrato celebradas no exercício.

	Prazo amortização	31/12/2022	31/12/2021
Registro inicial	90 meses	37.273	38.738
Novos contratos/remensurações	60 meses	17.769	11.371
Baixa contratos		-	-
(-) Amortização contratos		(15.563)	(12.836)
Saldo final de direito de uso de ativos		39.479	37.273

14. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de matérias-primas, material de revenda e serviços, com prazo médio de pagamento de 30 dias.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	3.709	4.515
(-) Devolução	(16)	(2)
Total	3.693	4.513
Circulante	3.693	3.944
Não circulante	-	569

Demonstrado como:

O *aging list* de fornecedores a pagar receber está assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos	59	423
A vencer		
Até 30 dias	3.540	2.693
Até 60 dias	71	184
Até 90 dias	22	35
Até 180 dias	17	607
Há mais de 180 dias	-	573
Total	3.709	4.515

A diminuição do saldo de fornecedores decorre dos valores da diminuição de compras de matéria-prima e material de revenda. Para otimizar nosso fluxo de caixa, estamos administrando melhor o tempo dos estoques.

15. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de empréstimos são garantidos em sua maioria pela alienação fiduciária de imóveis e pela garantia de recebimento via cartões de débito e de crédito do montante de venda de produtos a clientes nas lojas próprias, conforme consta especificado em cada contrato.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Anual	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimo Itaú (c) e (e)	100 CDI+6%	06/01/2025	1.281	12.680	1.168	13.789
Cta. Garantida Santander	1,23%	90 dias			661	2.095
Cta. Garantida Santander(i)	0,71%+TR	17/08/2025	1.332	3.246		
Cédula Crédito Bancário Itaú (a)	100CDI+5%	03/01/2022	-	-	250	229
Cédula Crédito Bancário Pine	17,46%	21/01/2021	-	-	252	0
Cédula Crédito Bancário Safra (b), (d) e (g)	13,353%	15/06/2020	571	381	952	960
Empréstimo PF	13,22%	09/11/2022	129	-	674	129
Daycoval (f) e (h)	13,2192%	15/03/2024	375	109	374	484
Total			3.688	16.416	4.331	17.686

- (a) Em 03 de julho de 2020, foi celebrado o contrato de Cédula de Crédito de nº 100120070002700 de R\$ 1.250 com a taxa de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 5% a.a., com o início da amortização das parcelas em 03 de fevereiro de 2021, para a efetivação dos pagamentos de passíveis vencíveis no período.
- (b) Em 15 de julho de 2020, foi assinado o contrato de Empréstimo Conta garantida de acordo com a Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) de no 4040489 de R\$ 1.000 com a taxa de juros efetiva composto pré-fixada de 1,05% ao mês, com garantia de 80% do valor com recebíveis do faturamento do varejo via cartão de crédito e débito com vencimento final em 15 de julho de 2022.
- (c) Em 06 de agosto de 2020, houve a renegociação da Cédula de Crédito Bancário do Itaú de no 199919120007502, conforme o terceiro termo de aditamento com a postergação da amortização da remuneração, iniciando o pagamento de juros em 06 de outubro de 2020 com o pagamento do valor principal da dívida total no final do contrato, em 06 de janeiro de 2025; e com a atualização do valor total da dívida de R\$ 7.262 para R\$ 7.596. Em 03 de dezembro através do quarto termo de aditamento, houvera postergação da remuneração de juros para início em janeiro de 2021 com a alteração da remuneração de juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 8% a.a. para juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 6% a.a.
- (d) Em 28 de agosto de 2020, foi emitida a Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) de no 4039979 com taxa efetiva pré-fixada de juros de 1,05 % ao mês com data de vencimento em 28 de agosto de 2024, com garantia de 80% do valor com recebíveis do faturamento do varejo via cartão de crédito e débito.
- (e) Em 10 de setembro de 2020, foi celebrado novo contrato de Cédula de Crédito de no 10120090004800 de R\$ 6.500 com taxa de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 4,5%, com o início da amortização das parcelas em 01 de fevereiro de 2021, para a efetivação dos pagamentos de passíveis vencíveis no período, finalizando o contrato em 30 de agosto de 2024. O montante foi utilizado para a compra de 09 debêntures mencionado anteriormente.
- (f) Em 15 de setembro de 2020 foi contratada a Cédula de Crédito Bancário de nº 91433 com o Banco Daycoval no montante de R\$ 500 com taxa de juros efetiva de 13,2192% com início de amortização em 15 de abril de 2021.
- (g) Em 25 de novembro a Companhia assinou a Cédula de Crédito de no 100120110014000 com o Banco Itaú no valor de R\$500, com amortização em 24 parcelas a partir de 27 de dezembro de 2021 e juros com taxa de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 5% a.a.
- (h) Em 26 de outubro de 2020 a empresa assinou a Cédula de Crédito bancário de número 93.217-7 no banco Daycoval de um montante de R\$ 610, para início de amortização em 26 de maio de 2021, considerando-se a taxa de juros efetiva de 13,0848 a.a.
- (i) Em 17 de outubro de 2022 foi celebrado Cédula de crédito número 00330535300000026400 com o Banco Santander no montante de R\$ 4.500, com vencimento em 17 de outubro de 2025 e taxa de 0,71% a.m. + TR. O início da amortização (pagamento do principal) será em 17 de abril de 2023. Parte do financiamento foi utilizado para a liquidação de Cédula de crédito anterior do Santander.
- (j) Em 02 de agosto de 2022 foi assinado o contrato de Arrendamento Mercantil de número 0A0032797 com o Banco Daycoval , num período de 24 meses, com a taxa de 1,6730% ao mês.

Os empréstimos são garantidos pelo recebimento de clientes, através de duplicatas referente ao recebimento de vendas pela franquia, e de operadoras de Cartões sobre o faturamento no varejo.

Movimentação dos empréstimos ocorridos no período/exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	22.017	25.256
Contratação	.4.760	-
Pagamento	(6.716)	(3.718)
Juros provisionados	3.080	1.949
Juros pagos	(3.037)	(1.470)
Saldo final	20.104	22.017

A composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante é como segue:

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	-
2023	-	3.384
2024	5.093	2.979
2025	11.323	11.323
Total	16.416	17.686

Os empréstimos bancários têm vencimento até dezembro de 2025, utilizando como indexador 100% da taxa de CDI e juros médios de 0,643% ao mês.

Dentro do montante apresentado com vencimento em 2025 será pago em uma única parcela do Crédito Bancário do Itaú o valor de R\$ 7.359, ao final do contrato.

16. Debêntures

Em 2014, a Companhia efetuou a renegociação do seu endividamento junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. e a Planner Trustee DTVM Ltda. por meio de uma nova emissão de debêntures, a qual foi utilizada para liquidar antecipadamente as debêntures relativas à 2ª emissão da Companhia.

Dessa forma, em 08 de dezembro de 2014, ocorreu a 3ª emissão de debêntures da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, para distribuição pública, em série única, da espécie quirografária nos termos da Lei nº 6.404/76 e da Instrução da CVM nº 476/2009, a ser convolada na espécie com garantia real e fidejussória adicional, com esforços restritos de distribuição, de 75 debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, tendo sido firmada a escritura particular entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda.

O valor total da emissão foi de R\$ 75.000, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R\$ 1.000, remuneradas à taxa média diária de juros do DI acrescido de uma sobretaxa de 3,00% a.a.

Em 11 de janeiro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária com os detentores das debentures da 3ª Emissão, foi deliberada a dispensa do dever da Companhia de apurar e manter o índice financeiro correspondente à divisão da dívida líquida pelo EBITDA (*covenant*), exclusivamente com relação ao exercício fiscal que se encerrou em 31 de dezembro de 2016, sem que isto caracterize um evento de vencimento antecipado não automático. Foi excluído também da Escritura cláusula que trata da Remuneração Variável com base na evolução dos lucros da Emissora (EBITDA).

Com relação às cláusulas da Amortização Programada, foram alteradas as datas de pagamento, sendo o vencimento da primeira parcela postergada de dezembro de 2016 para janeiro de 2018, ficando reduzidas para 24 parcelas. Foi alterado o percentual de Amortização Extraordinária das Debêntures e incluída previsão de amortização extraordinária obrigatória caso ocorra um evento de liquidez na Emissora.

Ainda em relação à Remuneração Fixa, houve a alteração do valor do spread ou sobretaxa que compõe a Remuneração Fixa das debêntures passando de CDI + 3,00% (três por cento) para CDI+ 6,00% (seis por cento).

Em 04 de janeiro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária com os detentores das debentures da 3ª Emissão deliberaram: **(i)** a alteração da data de vencimento de 08 de dezembro de 2019 para 30 de dezembro de 2022; **(ii)** a alteração das datas de pagamento da Remuneração Fixa; **(iii)** a alteração das datas de pagamento da Amortização Programada e respectivos percentuais; **(iv)** a inclusão de exceção quanto à declaração de vencimento antecipado automático no caso de descumprimento pecuniário exclusivamente com relação à parcela de Amortização Programada do dia 30 de março de 2018; **(v)** a inclusão de novas previsões de Amortização Extraordinária Obrigatória; **(vi)** a alteração da cláusula 6.4.6. da Escritura para fins de redução do spread ou sobretaxa de 6,00% para 4,5% ao ano de acordo com a Amortização Programada; **(vii)** a inclusão da Alienação Fiduciária de 02 (dois) imóveis a título de garantia real e a alteração da definição de Garantias Reais da Escritura; e, **(viii)** a autorização para que o Agente Fiduciário adote todos e quaisquer procedimentos necessários para a efetivação das matérias descritas nos itens anteriores, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamento à Escritura e outros documentos eventualmente necessários, de forma a fazer constar desses instrumentos as obrigações assumidas e as obrigações a serem assumidas pela Companhia em decorrência das aprovações eventualmente obtidas nesta Assembleia Geral.

As debêntures receberam as seguintes garantias:

- (i)** Alienação fiduciária em garantia de 100% das ações de emissão da Companhia, abrangendo as ações a serem emitidas em eventuais aumentos de capital social, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças firmado em 05 de dezembro de 2014 entre MCN Participações e Empreendimentos Ltda. e Planner Trustee DTVM Ltda., e a Companhia qualidade de interveniente anuente;
- (ii)** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Titularidade da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório e Outras Avenças firmado em 08 de dezembro de 2014 entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda. e Itaú Unibanco S.A., na qualidade de interveniente anuente; e
- (iii)** Alienação fiduciária em garantia de imóvel de propriedade dos sócios, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel – Itaquirai, firmado em 05 de dezembro de 2014.

Os *covenants* acordados na escritura da 3ª emissão de debêntures especificam que o índice de endividamento (dívida líquida sobre EBITDA ajustado), conforme definido na Nota Explicativa nº 6, não podem exceder a 2,5, para o exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, embora inexistia inadimplência relativa aos valores de principal e juros contratados, a Companhia não cumpriu obrigação contratual relacionada aos Covenants. O não cumprimento desta obrigação permite aos credores exigir o pagamento imediato do valor total emitido, cujo vencimento original e parcialmente de longo prazo, no montante atualizado total de R\$ 59.665.

Em 24 de janeiro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária com os detentores das debêntures da 3ª Emissão deliberou: **(i)** Não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, face a incidência do evento de inadimplemento não pecuniário previsto na cláusula 7.2.1, inciso **(iv)** da Escritura; **(ii)** prorrogação do prazo para elaboração dos instrumentos contratuais e formalização das Alienações Fiduciárias dos Imóveis Barra Funda e Pacaembu conforme previsto no item **(ii)** das deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 04 de janeiro de 2018; **(iii)** prorrogação do prazo para formalização do aditamento e consolidação à Escritura previsto no item **(iii)** das deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 27 de agosto de 2018; **(iv)** prorrogação do prazo para formalização do aditamento e consolidação ao Contrato de Cessão Fiduciária previsto no item **(iv)** das deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 07 de dezembro de 2016 e no item **(viii)** das deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 04 de janeiro de 2018 **(v)** alteração da condição resolutive estabelecida na clausula 2.12 das Alienações Fiduciárias dos Imóveis Barra Funda e Pacaembu; **(vi)** alteração do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, firmado entre Agente Fiduciário, Itaú Unibanco S.A. e CPQ Brasil S.A., datada de 08 de dezembro de 2014 (“Contrato de Cessão Fiduciária”), solicitada pelo Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Depositário, nos termos do Anexo I a esta assembleia; **(vii)** alteração do item 5.8.1 da Escritura para modificar os percentuais de pagamento da Amortização Programada que seriam devidos em 30 em janeiro de 2019 e 28 de fevereiro de 2019; **(viii)** dispensa do cumprimento do valor mínimo mensal definido na cláusula 3.2 do Contrato de Cessão Fiduciária, em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito das Debêntures (“Valor Mínimo Mensal”), bem como da necessidade do Reforço de Garantia, exclusivamente para as apurações de dezembro de 2018, janeiro de 2019, fevereiro de 2019 e março de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária, em 29 de outubro de 2019, os debenturistas deliberaram: **(i)** dispensa do dever de a Companhia constituir nova garantia geral real e do dever de alterar a definição de Garantias Reais da Escritura; **(ii)** atualização dos percentuais de pagamento da Amortização Programada, em razão da realização de Amortização extraordinária Obrigatória Ação Declaratória, nos termos da cláusula 6.5 da Escritura, em 10 de outubro de 2019, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Em 23 de dezembro de 2019, a CPQ Brasil S.A. realizou a recompra voluntária de 15 das 75 debêntures de sua emissão em circulação pelo valor de R\$ 10.197, com desconto de 30% do Preço Unitário atualizado de cada debênture (R\$ 3.077), de forma que o valor do pagamento foi de R\$ 7.120. Dessa forma, a partir de janeiro de 2020, resta o saldo de 60 debêntures a serem amortizadas no período restante da Escrituração, com impacto direto no desembolso mensal da parcela amortizada e dos juros sobre o saldo a amortizar.

Aos 23 dias de dezembro de 2019, foi deliberado em Assembleia Geral dos Debenturista, onde os debenturistas se reuniram e aprovaram as seguintes questões: **(i)** liberação da garantia constituída pela alienação fiduciária dos imóveis objeto das matrículas 2.086 e 2.085, ambas registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul, dados em garantia, nos termos da cláusula 4.10.1 da Escritura, devidamente constituída por meio do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia – Imóvel Itaquiraí; **(ii)** dispensa do cumprimento da obrigação constante no item **(xii)** da cláusula 7.2.1 da Escritura, pela Companhia, referente ao exercício social de 2019; estando aprovada a não declaração de vencimento antecipado das obrigações da Emissora das debêntures.

Conforme Ata da Assembleia Geral de Debenturistas assinada em 27 de março de 2020, foi deliberado a alteração da Data de Vencimento da a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples da CPQ Brasil S.A. de 30 de dezembro de 2022 para 30 de agosto de 2024 e foram também alteradas as datas de pagamento da Remuneração Fixa conforme tabela que altera a cláusula 5.6.2. da Escritura , e alteração das datas de pagamento da Amortização Programada e respectivos percentuais , que de acordo com nova tabela aprovada na presente Ata que alterará a cláusula 5.8.1. da Escritura. A alteração das datas de vencimento resultará na transferência de R\$ 1.434 do passivo circulante para o passivo não circulante.

Em 29 de julho de 2020, em Assembleia Geral dos Debenturistas, foi deliberado suspensão do vencimento antecipado automático da emissão, tendo em vista o descumprimento, pela Emissora, da cláusula 7.1.1 alínea **(v)** da Escritura de pagamento das obrigações financeiras e da obrigação não pecuniária de entrega da cópia de suas informações trimestrais relativas ao 1º (primeiro) trimestre de 2020, acompanhadas de parecer do respectivo Auditor Independente e da declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas na Escritura, conforme inciso **(iv)** da cláusula 7.2.1 e obrigação prevista no inciso **(i)**, alínea **(b)**, itens (1) e (2) da cláusula 8.1 da Escritura de Emissão. Foi prorrogado o prazo para entrega da cópia de suas informações trimestrais relativas ao 1º (primeiro) trimestre de 2020, acompanhadas de parecer do respectivo Auditor Independente e da declaração dos administradores da Emissora com a concessão de 90 (noventa) dias contados da data de assinatura da presente AGD.

Deliberou-se a incorporação da Remuneração Fixa acumulada desde 29 de fevereiro de 2020 até 30 de julho de 2020 ao saldo do Valor Nominal Unitário em 30 de julho de 2020, a qual será a "Data de Incorporação", assim como a alteração das datas de pagamento da Remuneração Fixa a partir de 30 de outubro de 2020 e alteração das datas de pagamento e dos percentuais de pagamento da Amortização Programada, que terão início em 31 de janeiro de 2021. A partir da Data de Incorporação os percentuais de amortização deverão incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Incorporação.

Em 27 de novembro de 2020, a Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença dos detentores de 100% das debêntures foi liberado: a suspensão do vencimento antecipado da Emissão pelo descumprimento, pela Emissora, da obrigação pecuniária de pagamento da Remuneração Fixa vencida em 30 de outubro de 2020; autorização para o pagamento da parcela da Remuneração Fixa de 30 de outubro de 2020 em 30 de novembro de 2020, em conjunto com a parcela de Remuneração Fixa vencida em 30 de novembro de 2020, sem acréscimo de encargos ou Remuneração Fixa sobre a parcela; alteração da Data de Vencimento e do spread ou sobretaxa que compõe a Remuneração Fixa das debêntures, assim como das datas de pagamento da Remuneração e dos percentuais de pagamento da Amortização Programada; inclusão da Grant Thornton Auditores Independentes como Auditória Independente, bem como a exclusão da cláusula 6.4.6 da Escritura de Emissão; **(xii)** não declaração de vencimento antecipado da Emissão pelo descumprimento, pela Emissora, da obrigação não pecuniária de entrega da cópia de suas informações trimestrais relativas ao 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2020, acompanhadas de parecer do respectivo Auditor Independente e da declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas na Escritura, conforme inciso **(iv)** da cláusula 7.2.1 e obrigação prevista no inciso **(i)**, alínea **(b)**, itens (1) e (2) da cláusula 8.1 da Escritura e dispensa do cumprimento da obrigação constante no item **(xii)** da cláusula 7.2.1 da Escritura, pela Emissora referente ao exercício social de 2020.

Em conformidade com a Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença dos detentores de 100% das debêntures, foi deliberado em 29 de março de 2022: **(i)** suspensão do vencimento antecipado da Emissão pelo descumprimento, pela Emissora, do pagamento das parcelas de Remuneração Fixa e Amortização Programada vencidas em 28 de fevereiro de 2022; **(ii)** exclusão das parcelas de Remuneração Fixa previstas para 28 de fevereiro de 2022, 30 de março de 2022 e 30 de abril 2022 ; **(iii)** Incorporação da Remuneração Fixa acumulada desde 30 de janeiro de 2022, inclusive, até 30 de maio de 2022, exclusive ao saldo do Valor Nominal Unitário em 30 de maio de 2022, a qual será a "Data de Incorporação 30 de maio de 2022", sendo certo que a Remuneração Fixa incorporada ao Valor Nominal Unitário será distribuída uniformemente nas parcelas de Amortização Programada futuras.

Em 23 de dezembro de 2022 os debenturistas se reuniram na Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes temas em pauta: relato dos itens deliberados em 29 de março de 2022, além da alteração da Remuneração Fixa com o ajuste da respectiva tabela. Conforme esta alteração a taxa de remuneração passou de 5% a.m para 1% am.

De acordo com nova tabela aprovada na AGD que altera a cláusula 5.8.1. da Escritura, as parcelas a vencer estão desta forma distribuídas:

	31/12/2022	31/12/2021
2023		2.487
2024	2.823	5.353
2025	5.597	14.140
2025	26.910	13.215

Demonstrado como:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	3.054	2.487
Não circulante	32.276	32.708
Total	35.330	35.195

Segue a movimentação ocorrida no período:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	35.195	35.279
Amortização	(1.872)	(892)
Comissão emissão	208	208
Desconto em recompra voluntária	-	588
Juros provisionados	5.783	2.381
Juros pagos	(3.984)	(2.369)
Saldo final	35.330	35.195

17. Tributos parcelados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de tributos parcelados no montante de R\$ 1.715 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.350), relativos a parcelamentos de tributos estaduais (ICMS) e tributos federais (Pis, Cofins, INSS), conforme descrito abaixo:

- Parcelamento ICMS junto à Secretaria da Fazenda de São Paulo (“Sefaz – SP”), referente à fábrica em Itupeva (i) e (ii) das competências de 02/2020 a 08/2020, 02/2021 a 04/2021, 01/2022 a 03/2022 e saldo de parcelamento anterior de 2019 rompido no início da pandemia;
- Parcelamento ICMS junto à Secretaria da Fazenda de Porto Alegre (“Sefaz – POA”), (iv), referente às guias das competências de 02/2019 e 05/ 2019 incluídas em dívida ativa;

O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa Selic:

- Parcelamento simplificado relativo aos débitos de ICMS mensal das competências de fevereiro de 2019 e março de 2019 de São Paulo. O saldo deste parcelamento foi renegociado juntamente com o novo parcelamento efetuado das competências de 02/2020 a 08/2020. O parcelamento está constituído em 60 parcelas mensais, restando, em 30 de dezembro de 2022, 34 parcelas a serem pagas;
- Parcelamento simplificado relativo aos débitos de ICMS mensal das competências de fevereiro de 2021 a abril de 2021 de São Paulo. O parcelamento está constituído em 36 parcelas mensais, restando, em 31 de dezembro de 2022, 17 parcelas a serem pagas.

As parcelas dos parcelamentos anteriores vinham sendo pagas no prazo até dia 28 de fevereiro de 2022. A partir do mês de março, devido ao impacto no fluxo de caixa resultante da pandemia, o pagamento das parcelas mensais deixou de ser efetuado. Assim, alguns parcelamentos foram cancelados e outros foram renegociados.

Apresentamos a seguir o saldo devedor desses parcelamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a devida segregação entre circulante e não circulante:

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos		
ICMS POA	417	1.350
ICMS SP	1.298	-
Total	1.715	1.350
Passivo circulante	556	398
Passivo não circulante	1.159	952
Total	1.715	1.350

A composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	376
2024	557	329
Demais períodos	602	247
Total	1.159	952

18. Férias, encargos e bônus a funcionários

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para férias	2.225	2.038
Salários e encargos sociais (a)	28.6981	18.900
Total	30.915	20.938

(a) O aumento do saldo refere-se substancialmente a INSS a recolher, competências de 2022 que deixaram de ser liquidadas em decorrência da conservação do caixa. Os montantes haviam sido parcelados através da adesão da Transação Excepcional junto à Procuradoria Geral da União. Porém devido ao aumento na parcela de pagamento, a empresa optou por cancelar os processos da Transação Excepcional e negociar juntamente à Procuradoria Geral o montante em aberto.

19. Passivo de arrendamento a pagar

Em 1º de janeiro de 2019, foi adotada a Norma CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A CPQ revisou todos os contratos de arrendamento em vigor em face das novas regras contábeis de arrendamento CPC 06 (R2) em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma CPC 06 (R2) afeta, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia: os contratos de aluguel de suas filiais, localizadas em sua grande maioria em aeroportos, da unidade Administrativa em São Paulo e da matriz (Fábrica).

Alguns arrendamentos fornecem pagamentos de aluguel adicionais que são baseados em vendas que a CPQ realiza no imóvel arrendado no período. Para esses contratos, a empresa segrega a parcela fixa que é incluída na determinação do passivo de arrendamento e a parcela variável é reconhecida como uma despesa mensal de locação.

Após avaliação e inventário dos contratos a Companhia reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamento de locação de imóveis operacionais (contratos referente lojas e fábrica); (ii) aluguéis de locação de imóveis administrativos (02 contratos escritório Faria Lima e escritório GRU). A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudará, uma vez que a Companhia passará a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação, e a remensuração do valor presente das obrigações de arrendamento como despesa financeiras de juros. Anteriormente, a Companhia reconhecia os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, e de forma linear, durante o prazo de vigência dos mesmos.

A Companhia aplicou como taxa incremental de juros, a taxa nominal de desconto de 9,52% a.a.

Foi utilizada a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para todos os contratos, visto que apresentam características semelhantes.

O prazo de vigência dos contratos é variável, sendo geralmente executados entre 02 e 05 anos, sendo, porém o prazo do passivo contabilizado até dezembro de 2026, devido o contrato de locação da fábrica.

Não foram contabilizados os contratos de aluguéis que estão dentro do escopo de isenções da norma (contratos de máquinas de café e empilhadeiras), que são:

- i) Prazo de vigência menor do que um ano;
- ii) Contratos de baixo valor;
- iii) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis.

Segue a posição atual, após a remensuração no período, com a inclusão de contratos de aluguéis de lojas próprias renovados:

	Imóvel Fabril	Imóveis Lojas Próprias	Imóvel Administrativo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.663	32.695	89	41.447
Novos contratos/remensurações	-	-	657	657
Juros	483	2.217	30	2.730
Rescisão de contratos	-	10.587	3	10.590
Pagamentos	(1.705)	(12.843)	(357)	(14.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.441	32.656	422	40.519
Novos contratos/remensurações	-	17.884	-	17.884
Juros	469	2.245	22	2.736
Pagamentos	(1.794)	(17.111)	(264)	(19.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.116	35.674	180	41.970

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos	31/12/2022	31/12/2021
Menos que 01 ano	17.916	15.297
01 – 05 anos	24.054	25.222
Total	41.970	40.519
Circulante	17.916	15.297
Não circulante	24.054	25.222
Total	41.970	40.519

20. Ativos e passivos relacionados a contratos de clientes

a) Ativos de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Contrato Nestlé (i)	87	175
Contas a receber franqueados (ii)	-	51
Total	87	226
Ativo não circulante		
Contrato Nestlé (i)	-	130
Contas a receber de franqueados (ii)	-	64
Total	-	194

- (i) Em 20 de julho de 2018, a CPQ Brasil S.A assinou Acordo Comercial para Fornecimento de Produtos e Cessão de Espaço para Comunicação com a Nestlé, com vigência pelo prazo de 05 anos para comercialização de produtos na rede de franquias e lojas próprias da Companhia de produtos da linha Profissional, fabricado e comercializado pela Nestlé. O valor vem sendo recebido em parcelas trimestrais iguais, com início em 2018 e término em 2022, com correspondente registro no passivo (passivos de contrato). O reconhecimento da receita vem sendo apropriado à proporção de 1/60 avos ao mês;

Valores a receber decorrentes de reformas efetuadas nas lojas de franqueados, cujos recebimentos ocorrerão em conformidade com o aumento do faturamento das referidas lojas.

b) Passivos de contrato

Em 23 de março de 2018, foi celebrado um Acordo Comercial para Fornecimento de Produtos e Cessão de Espaço para Merchandising entre a CPQ Brasil S.A. e a Brasil Expresso Comercio Atacadista Ltda., para comercialização de produtos na rede de franquias e lojas próprias da Companhia, com vigência até 22 de março de 2028. A partir de abril de 2018, a receita decorrente deste contrato passou a ser apropriada mensalmente (1/120 ao mês), proporcionalmente ao período de vigência do contrato.

Em 20 de julho de 2018, a CPQ Brasil S.A assinou Acordo Comercial para Fornecimento de Produtos e Cessão de Espaço para Comunicação com a Nestlé, com vigência pelo prazo de 05 anos para comercialização de produtos na rede de franquias e lojas próprias da Companhia de produtos da linha Professional, fabricado e comercializado pela Nestlé.

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Exclusividade para comercialização de produtos		
Receita a apropriar	956	882
Apropriação ao resultado	(54)	(6)
Total	902	876
Passivo não circulante		
Exclusividade para comercialização de produtos		
Receita a apropriar	7.283	6.996
Apropriação ao resultado	(3.883)	(2.394)
Total	3.400	4.602

Segue a movimentação ocorrida no período:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.478	6.322
Apropriação ao resultado	(1.276)	(844)
Saldo final	4.302	5.478

21. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Aluguel e condomínio a pagar (a)	6.710	8.438
Fundo Marketing Recofarma	597	387
Frete	389	203
Comunicações	5	23
Energia	43	60
Prestadores de serviços a pagar	441	25
Outras contas (b)	587	403
Total	8.772	9.539

(a) O valor de Aluguel a pagar contempla os aluguéis fixos e variáveis e condomínios das lojas filiais e aluguel da fábrica. A diminuição do valor do mesmo ocorreu devido aos aluguéis que foram negociados com os aeroportos e reclassificados na conta de fornecedor em negociação.

(b) O montante de outras contas a pagar, refere-se substancialmente a despesas de locação de equipamentos e despesas de infraestrutura nas lojas próprias nos aeroportos.

22. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, assim como eventuais questionamentos relacionados com encargos trabalhistas decorrentes da contratação de prestadores de serviços, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A movimentação das provisões é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	879	1.263
Entrada de novos processos judiciais	163	192
Atualização de processos judiciais	92	-
Reversão de processos judiciais	-	(576)
Saldo final	1.134	879

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante original de R\$ 9.546 (2021-R\$ 6.905) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O montante está assim dividido:

	31/12/2022	31/12/2021
Processos tributários	6.679	6.679
Processos trabalhistas	204	177
Processos cíveis	49	49
Total	6.932	6.905

O montante de processos Tributários decorre do Auto de Infração expedido pela Receita Federal em 18 de dezembro de 2018, onde a CPQ Brasil S/A foi notificada com o Termo de Ciência e Auto de Infração decorrente de fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil durante os exercícios de 2017 e 2018.

O Presente Auto de Infração visa à cobrança de diferenças de Contribuições ao Programa de Incentivo Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nos períodos de janeiro a dezembro/2014, supostamente devidas em razão da classificação fiscal do NCM dos produtos “Massa Mini Pão De Queijo” e “Massa Pão De Queijo Congelada” fabricados e comercializados no referido exercício. O valor constante no Auto de Infração conforme o Processo 10314-720.841/2018-94, é de R\$ 5.541.

Foi apresentada defesa administrativa em 17 de janeiro de 2019 no Posto da Receita Federal do Brasil e seguimos aguardando a análise do fisco, sendo por isso o Processo classificado como perda possível, estando o valor incluído no montante mencionado na linha de processos tributários.

A Companhia recebeu em 11 de março de 2021 uma Notificação de Auto de Infração e Imposição de multa, emitida pela Secretaria da Fazenda (Sefaz SP) com o objeto de cobrança de ICMS para as saídas, alegando infringência aos At 37 e 58, art. 215, SS 3, item 4, letra A do RICMS /SP, referente documentos fiscais emitidos no período de abril de 01 a maio de 2020. O montante original do Auto de Infração é de 3.612. A documentação já foi encaminhada para nossos advogados, que entrou com ação de defesa judicial correspondente.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas. A Companhia não possui operações relevantes de compras e vendas de bens, locação, prestação de serviços, perdões de dívidas etc.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Alberto Carneiro Neto (i)	16.982	19.213
MCN (ii)	3.366	2.995
Total	20.348	22.208

- (i) Refere-se aos mútuos efetuados pela Companhia com o acionista majoritário Alberto Carneiro Neto, sujeito à juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre as partes é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário), podendo, no entanto, ocorrer o vencimento antecipado destes empréstimos nas seguintes hipóteses, previstas na cláusula 3.1 dos contratos de mútuo: **(a)** após a Companhia pagar mais de R\$ 20.000 em dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outras distribuições aos acionistas ou; **(b)** caso o mutuário liquide seus investimentos (direta ou indiretamente) na mutuante, que viabilize o recebimento pelos controladores de quantia superior a R\$ 20.000; e
- (ii) Refere-se ao mútuo efetuado em novembro de 2013 pela Companhia com a Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda., sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento do mútuo é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 do contrato de mútuo (vencimento ordinário).

O montante está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	22.208	21.267
Retiradas mútuo	-	-
Devolução	(4.310)	
Atualização valores retirados	2.450	941
Saldo final	20.348	22.208

24. Remuneração dos administradores

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração – diretoria (pró-labore e variável)	2.202	2.074
Encargos sociais	440	415
Total	2.642	2.489

25. Prejuízo por ação – básico e diluído

A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do prejuízo por ação básico e diluído são iguais em 31 de março de cada ano, conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(10.106)	(10.859)
Quantidade de ações	11.516	11.516
Total	(0,88)	(0,94)

26. Passivo a descoberto

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 12.839, dividido em 11.516.008 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detido integralmente pelo acionista Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 2021, a reserva legal não foi constituída em razão dos prejuízos acumulados existentes.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo anual mínimo obrigatório o equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio, observado ainda o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo e adicionalmente, por força das cláusulas restritivas das debêntures, a Companhia está impedida de distribuir dividendos.

27. Receita líquida de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Vendas brutas de produtos – lojas próprias	66.513	49.288
Vendas brutas de produtos – franquias	36.745	22.299
Vendas brutas de serviços	4.375	3.099
Devolução	(14)	(160)
Impostos sobre vendas	(12.902)	(9.072)
Total	94.717	65.454

Com a abertura das novas filiais em Guarulhos e com o aumento da circulação de pessoas pelos nossos pontos de venda pós-pandemia, tivemos um aumento significativo de 43% nas vendas em comparação ao exercício anterior.

28. Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Matéria Prima	(15.666)	(12.667)
Material para Revenda	(10.860)	(4.501)
Despesas com Pessoal	(28.447)	(21.912)
Propaganda e Publicidade e Despesas Comerciais	(1.315)	(1.076)
Serviços e Utilidades	(5.833)	(3.653)
Material de Uso e Consumo	(1.407)	(879)
Energia Elétrica	(647)	(582)
Depreciação e Amortização	(1.921)	(1.786)
Frete	(1.680)	(897)
Manutenção	(1.067)	(571)
Amortização Direito de Uso	(15.563)	(12.835)
Despesas gerais	(3.608)	(3.591)
Total	(88.014)	(64.950)
Custo dos produtos vendidos	(47.121)	(31.514)
Despesas com vendas	(18.358)	(12.100)
Despesas gerais e administrativas	(22.535)	(21.136)
Total	(88.014)	(64.950)

(a) As despesas gerais compreendem despesas de condomínio, de viagem, de perdas, telefonia e demais gastos.

Em conformidade com a diminuição de receitas no comparativo do primeiro trimestre do ano anterior, consequência do Covid-19 que em 2019 impactou apenas no mês de março, houve também uma redução nas despesas da Companhia, principalmente com fretes, aluguéis, matéria-prima e despesas com pessoal, esta última decorrente das reduções de pessoal no segundo semestre de 2019.

29. Outras receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com exclusividade em Produtos (a)	1.281	1.113
Outras receitas operacionais	91	470
Outras Despesas	(393)	(818)
Total	979	765

(a) Refere-se substancialmente a parcerias comerciais de exclusividade de comercialização de produtos da Marca Café do Centro nas lojas próprias e na rede de franqueados, utilização dos produtos Nestlé na elaboração de bebidas comercializadas nas lojas próprias da franquia e nas lojas dos franqueados. O reconhecimento da receita é registrado pelo prazo do contrato de exclusividade.

30. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos das aplicações financeiras	15	104
Juros sobre outras contas a receber	199	941
Juros sobre partes relacionadas	2.450	453
Descontos obtidos	82	4
Total	2.746	1.502
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias passivas sobre empréstimos, debêntures e outros passivos	(17.798)	(11.222)
Juros AVP direito de uso	(2.736)	(2.608)
Total	(20.534)	(13.830)
Resultado financeiro líquido	(17.788)	(12.328)

A variação das despesas financeiras decorre do aumento do valor de juros pagos sobre a 3ª Emissão de Debêntures e demais contratos de empréstimos, conforme aumento dos índices de referência.

31. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça	15.241
Lucros cessantes	Despesas fixas 12 meses	36.788
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais a terceiros	4.451
Patrimônio e estoques (Lojas)	Vendaval/furacão/impacto de veículos/queda aeronave/roubo/furto	7.258

32. Eventos subsequentes

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários – RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário. A administração da Empresa avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, conseqüentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

* * *